

O SEMANÁRIO FRANCÊS *POLITIQUE HEBDO* E A AMAZÔNIA: um posicionamento crítico sobre a Guerrilha do Araguaia

[POLITIQUE HEBDO AFRENCH JOURNAL AND THE AMAZONIA: a critic view over Araguaia Guerrilha]

Lorena Meira Rodriguez
 Universidade Federal do Pará

Célia Regina Trindade Chagas Amorim
 Universidade Federal do Pará

205

Resumo: O jornal francês *Politique Hebdo* (1970-1978/1982) abordou em suas páginas, à época da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), uma Amazônia que poucos conheciam. Uma Amazônia de guerrilha. Na década de 1960, surgiu no interior da floresta um movimento revolucionário que lutava contra a nova ordem imposta ao país. Este artigo apresenta a hipótese de que o jornal, ao tratar do tema, adotou uma postura anti-imperialista/capitalista ao se posicionar criticamente sobre a real situação da região. Deixa claro ao leitor do veículo que a Amazônia não era o “Eldorado” divulgado pela propaganda militar, e sim um espaço de conflitos e tensões onde havia uma operação de combate à guerrilha rural e ao comunismo em curso. Do *Politique Hebdo* analisa-se a emissão intitulada “*Le programme des pauvres*”, publicada em 1973. O referencial teórico contará com os estudos de Antônio Gramsci (1986), Moraes (2011), Violeta Loureiro (2015), Boris Fausto (1999) e Eric Hobsbawm (1995).

Palavras-chave: *Politique Hebdo*; Guerrilha do Araguaia; Amazônia.

Abstract: The French journal *Politique Hebdo* (1970-1978/82) discussed in their pages, at the time of the military dictatorship, an Amazon that just few people knew about. An Amazon of *gerrilha*. In the 1960's raise in the deep forest a revolutionary movement that fight over the new order forced in Brazil. This article shows the hypothesis that the journal, when talks about the subject adopted an anti-imperialist/capitalist stance positioning itself critically over the real Amazon condition. Clarifies the reader that Amazonia wasn't the “Eldorado” released by the Military Government, despite that, was a place of conflicts and tensions where there were, an operation to combat rural guerrilla war and communism in progress. From *Politique Hebdo*, analyzes the issue entitled “*Le program des pauvres*”, published in 1973. The theoretical frame work will include studies of Antônio Gramsci (1986), Moraes (2011), Violeta Loureiro (2005), Boris Fausto (1999) and Eric Hobsbawm (1995).

Keywords: *Politique Hebdo*; Araguaia Guerrilha; Amazônia.

INTRODUÇÃO

As notícias sobre as guerras da Coréia (1950-1953) e do Vietnã (1965-1975), cujo foco dos conflitos era a expansão do comunismo a áreas de países controladas por governos capitalistas, chegavam ao Brasil pelos meios de comunicação da época como jornais impressos, rádios e emissoras de televisão (BIAGI, 2001). Em contrapartida, confrontos entre o Exército nacional e movimentos de resistência no interior da Amazônia brasileira, na década de 1960, foram mantidos distantes da grande mídia, pois poucos ousaram enfrentar a censura da Ditadura Militar (1964-1985) no país.

No Brasil, a ordem era sufocar o avanço do “perigo comunista”. Entre as estratégias havia a não divulgação de notícias sobre a Guerrilha do Araguaia, movimento revolucionário de combate à ditadura e que se constituía de “um levante armado de inspiração marxista que pretendia desencadear a guerra popular revolucionária no país” (STUDART, 2000, p. 16).

O Estado de São Paulo, representante da tradicional imprensa paulista, cita a mordaza à imprensa quando o assunto era a Guerrilha ainda na década de 1970, em matéria que faz um retrospecto da chamada “revolução” e intitula-se: “Há 15 anos, a revolução. Pela democracia” (OESP, 31/03/1979, p. 1 - suplemento especial). Dos fatos mais marcantes ano a ano, destaca: “1972 - Começa a repressão à Guerrilha no Araguaia, e a imprensa não pode noticiar. Está sob censura.” Já em 1974, traz: “Com a imprensa sob censura, Geisel assume prometendo a distensão. A guerrilha do Araguaia é desbaratada pelo Exército e Aeronáutica”¹.

As informações sobre a guerrilha na Amazônia tiveram eco em vários jornais e rádios alternativos espalhados pelo país e também no exterior, como é o caso do francês *Politique Hebdo*, que no ano de 1973 recebeu a proclamação da União pela

¹ *O Estado de São Paulo* apoiou o golpe militar em 1964, mas já em 1968 se posicionava de forma crítica ao regime sendo, junto ao *Jornal da Tarde*, dois dos representantes da grande imprensa submetidos à censura prévia. (Aquino, 1999). Explica ainda Aquino que a mudança no posicionamento do veículo dá-se em virtude de sua postura considerada liberal.

Liberdade e Democracia dos Povos e publicou-a na íntegra, apresentando também a guerrilha que estava em curso na floresta amazônica com destaque a seus leitores.

DOS JORNAIS AO RÁDIO: OS ALTERNATIVOS DA GUERRILHA

Enquanto a luta era travada na floresta, os alternativos procuravam vencer o bloqueio militar para divulgar informações da guerrilha. O clandestino *Araguaia* circulava na região do conflito, divulgando as ações e propósitos dos guerrilheiros, enquanto o jornal oficial do PCdoB, *A Classe Operária (1925)*, também na clandestinidade, divulgou o confronto mesmo um ano depois de seu fim (STUDART, 2006). Nesse âmbito, em julho de 1978, o alternativo *Coojornal (1976-83)*, editado por uma cooperativa de jornalistas de Porto Alegre-RS, publicou uma matéria intitulada “Operação Araguaia”, que foi reproduzida por outros veículos contra hegemônicos. Dentre estes o jornal *Movimento (1975-1981)*, de São Paulo, que a reproduziu ainda no mesmo mês de julho, e logo depois foi replicada deste ao *Resistência (1978-1983)*, de Belém do Pará, em agosto do mesmo ano. A matéria continha entrevistas com participantes da guerrilha, entre eles índios e camponeses. Na abertura fazia alusão ao mistério que cercava o assunto, e informava que esta seria a primeira matéria depois de seis anos de silêncio. No Pará, o jornal *Resistência* publicou, além da matéria citada, outras de produção própria sobre o conflito. Em fevereiro de 1979, constava entre as matérias chamadas na capa do jornal: “Pai da estudante desaparecida na guerrilha: ‘Responsabilizo os generais...’” (JORNAL RESISTÊNCIA, 1979, p. 18-19), que ocupava duas páginas inteiras dando voz ao pai de uma suposta guerrilheira que estaria desaparecida. Na mesma edição apareceram os chamados “poemas da guerrilha”, na contracapa. No ano seguinte, 1980, o jornal publicou “Na trilha do povo da mata”, como discorre Célia Amorim, et al:

O jornal *Resistência (1978)*, com sua posição contra hegemônica bem definida, procurava denunciar e combater os extremismos cometidos pelo regime na Amazônia. Na edição do jornal de nº 19 de 1980 [...] o alternativo apresentava uma matéria de quatro páginas intitulada

“Na trilha do povo da mata” em que denunciava e descrevia o percurso da viagem que os familiares dos participantes da guerrilha realizaram - passando por várias cidades do estado do Pará até chegar a Brasília - com a finalidade de obterem informações sobre os desaparecidos e mortos durante a revolução (AMORIM, et al, 2014).

Outro meio de comunicação importante aos guerrilheiros foi o rádio. As ondas da rádio *Tirana*, oficial do partido, podiam ser alcançadas e transmitir informações do conflito para o além-mar.

Frente ao contexto ditatorial e ao silenciamento dado à Guerrilha do Araguaia pela grande imprensa nacional, não se sabe ao certo como, mas o fato é que, em 1972, informações sobre a Operação Araguaia chegaram ao periódico semanal francês de extrema-esquerda *Politique Hebdo*, objeto de investigação do presente artigo. Justifica-se a escolha do objeto à necessidade de se entender como este tema foi tratado por uma imprensa internacional e qual a posição do *Politique Hebdo* ao abordar o conflito na Amazônia brasileira.

208

SÉCULO XX: ENTRE CONFLITOS DECLARADOS E VELADOS – O CAPITALISMO E O COMUNISMO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO BRASIL

Não se pode falar de Guerrilha do Araguaia sem que se mencione os grandes conflitos mundiais que marcaram o século XX. Nos seus primeiros cinquenta anos aconteceram as duas grandes guerras na história mundial: a primeira de 1914-1919 e a segunda de 1939-1945. Já a segunda metade do século foi marcada por suas consequências. Instaurou-se um período de terror velado conhecido como Guerra Fria² (1945-1989), como afirmou Hobsbawm (1995, p. 177): “...assim que não mais houve um fascismo para uni-los contra si, capitalismo e comunismo mais uma vez se prepararam para enfrentar um ao outro como inimigos mortais”.

² A Guerra Fria trouxe consequências ao mundo todo. As guerras da Coreia e Vietnã foram seus produtos, as ditaduras militares na América Latina e a explosão da Guerrilha do Araguaia também derivam desse conflito não declarado entre URSS e EUA.

A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial... A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência - a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas ao final da guerra e não tentava ampliá-las com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética (HOBBSAWN, 1995, p. 224).

Para conter o avanço comunista no Brasil as Forças Militares elaboraram a “Doutrina de Segurança Nacional”, concebida na Escola Superior de Guerra ³. Certamente que os objetivos não se limitavam apenas à qualificação do corpo militar. Segundo Fausto (1999), dos círculos formados por participantes desta Escola e de dois outros órgãos, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) ⁴ e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) ⁵ saiu a convicção de que “só um movimento armado poria fim à anarquia política, contendo o avanço do comunismo” (FAUSTO, 1999, p. 453).

O presidente Jânio Quadros, eleito em 1960 e empossado em janeiro de 1961, renunciou ao cargo após sete meses no governo. Em agosto do mesmo ano seu vice, João Goulart (1961-1964), assumiu o país em um momento de crise e decidiu fazer reformas de base, acreditando que assim contaria com o apoio popular. Para anunciá-las marcou, dentre outros eventos, um comício no Rio de Janeiro que, em 13 de março de 1964, reuniu cerca de cento e cinquenta mil pessoas e ficou conhecido como “Comício da Central” (FAUSTO, 1999).

Essas medidas apavoraram as elites e a classe média brasileira. Alas conservadoras da Igreja Católica organizaram, segundo Fausto (1999), em 19 de março

³ Essa instituição, que contou com o apoio de conselheiros americanos e franceses, foi criada segundo a Lei Nº 785, de 20 de agosto de 1949, com o objetivo de treinar pessoal qualificado para a gestão das Forças Armadas no país. C.f. Fernandes, 2009.

⁴ Fundado em 1961 por empresários do Sudeste, tinha como objetivo o combate ao comunismo. Gozava de forte influência no governo, garantida através de articulações e patrocínios. De suas ações fazia parte também a propaganda.

⁵ O IBAD foi criado em 1957 como uma associação cívica que tinha como objetivo o combate ao comunismo. A instituição recebia dinheiro de empresários brasileiros e também de estrangeiros que estavam interessados em garantir negócios em esfera internacional.

de 1964, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que aconteceu em São Paulo e atraiu aproximadamente quinhentas mil pessoas. Os militares, aproveitando-se da instabilidade pela qual passava o país, deflagraram o golpe em 31 de março de 1964, instaurando uma ditadura civil-militar que atravessaria as décadas seguintes. Nas palavras de Singer (2001):

O golpe de 31 de março de 1964 instaurara no país um regime ditatorial, caracterizado pela centralização do poder e operacionalizado por meio de leis de exceção. O regime militar, em princípio, viria apenas dissipar o "perigo vermelho" anunciado pela revolução cubana e, no Brasil, pelas Ligas Camponesas, pela agitação estudantil e pelo alto grau de mobilização que vinham ganhando as forças de esquerda em torno de questões sociais, a exemplo do que estava ocorrendo em outros países da América Latina, como Argentina e Chile. Patrocinados pelos Estados Unidos e amparados pelos setores mais conservadores da sociedade, os militares tomaram então o poder para "por ordem na casa" (SINGER, 2001, p. 1-2).

210

Em 28 de março de 1968, a morte do estudante paraense Edson Luiz, no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, causou grande comoção e deu origem à manifestação conhecida como “Passeata dos Cem Mil” (SINGER, 2001). Grupos de resistência armados atuavam no país e entre eles estavam a Aliança Nacional Libertadora (ALN), o Movimento Revolucionário Número 8 (MR-8) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Em resposta à oposição, o Exército decretou o Ato Institucional Nº 5, sem prazo de vigência. Sobre os desmandos do ato, discorre Rollemberg (2006):

Um símbolo do regime, síntese da arbitrariedade e da violação dos direitos civis que caracterizaram a ditadura. O AI-5 também é lembrado como divisor de águas: a partir de então os militares definiam-se, optavam pela permanência no poder por tempo indefinido (ROLLEMBERG, 2006, p. 141).

Já na década de 1970, com a ditadura em pleno curso no país, os grupos armados haviam praticamente se extinguido. Seus principais líderes foram mortos

cruelmente pelo Exército como Carlos Mariguella ⁶ e Carlos Lamarca ⁷. Swartz (2014) cita a morte de Mariguella como o começo do combate à esquerda armada e a morte de Lamarca como o declínio do movimento urbano, que seria aniquilado até o ano de 1976. Em contrapartida, destaca Nascimento (2001) que até o ano de 1972, um grupo de guerrilha rural permanecia instalado na região do rio Araguaia, na Amazônia, desde meados da década de 1960:

Em princípio de 1972, com os grupos de guerrilha urbana dizimados pela feroz repressão do regime militar, o PCdoB se preparava para o mais longo enfrentamento armado aos militares, na ânsia de impedir o avanço do projeto político estratégico que tinham para a Amazônia, e que atendia aos grandes interesses do capital nacional e internacional (NASCIMENTO, 2001, p. 113).

O governo federal passou a pensar na necessidade de integração da Amazônia a partir da década de 1930, ainda durante o Estado Novo, governado por Getúlio Vargas. Porém, segundo a geógrafa Berta Beker (2007), só a partir de 1966 as políticas para a região passaram a se efetivar, destacando-se a criação da SPVEA, que anos depois se tornaria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) até hoje em atividade (TRINDADE; OLIVEIRA, 2014). A Amazônia passou a atrair aos interesses não só do governo, como também do capital estrangeiro e dos partidos que faziam oposição ao regime militar e procuravam implantar focos de guerrilha rural. Havia um grande número destes que buscava se estabelecer na região já mencionada do Bico do Papagaio, atraídos pelas riquezas naturais, relevo propício e dificuldade de acesso (GASPARI, 2014).

⁶ Político e guerrilheiro de origem humilde, Mariguella nasceu no estado da Bahia. Ainda jovem ingressou no Partido Comunista Brasileiro, do qual se tornou um dos principais líderes. Foi preso diversas vezes durante a década de 1930, fugiu e foi recapturado em 1939, sendo anistiado em 1945. Visitou a China e Cuba após a instauração dos regimes de esquerda. Acabou expulso do PCB e fundou, em 1968, a Aliança Libertadora Nacional, adepta da luta armada. Foi morto pelo exército em São Paulo, em 4 de novembro de 1969. Cf. Rollemberg, 2007.

⁷ Lamarca entrou ainda jovem para o Exército, mas ainda em 1969 organizou a deserção de um grupo do Exército levando consigo homens e armas para lutar contra o regime. Participou do grupo que deu origem a Vanguarda Popular Revolucionária e mais tarde desligou-se da mesma passando a integrar o MR-8. Participou também de ações urbanas como sequestros, foi perseguido durante anos pelas forças armadas, até acabar morto pelas mãos do Exército no interior da Bahia. Cf. Rollemberg, 2007.

A AMAZÔNIA NESSE PERÍODO

Uma vez no poder, os militares puseram em prática o que foi chamado de “Plano de Desenvolvimento para a Amazônia”. Tendo como lema as máximas: “terra sem homens para homens sem terra” e “integrar para não entregar”, buscavam usar a região como um catalisador, capaz de solucionar problemas oriundos de outras partes do país. A vinda de imigrantes era estimulada já que, segundo os militares, a região deveria ser povoada. Homens e mulheres chegavam oriundos de outras regiões do país em busca de terras e de uma vida melhor, muitos deles fugidos da seca do Nordeste (LOUREIRO, 2015). Mas a política do regime militar deixava a desejar no quesito bem estar social e as ações de povoamento estavam ligadas ao capital. O imigrante que dispusesse de maior quantia teria mais terra e benefícios (LOUREIRO, 2015). Para promover o “desenvolvimento”, o governo federal ofereceu incentivos financeiros e infraestrutura para empresas privadas, muitas delas de capital estrangeiro, se instalarem na região. Essa prática levou ao aumento de conflitos e tensões sociais que se estendem até os dias de hoje, o que se comprova em matérias publicadas em jornais e em dados oficiais que apontam como a região brasileira com maior número de mortos em decorrência de conflitos fundiários.

As facilidades legais concebidas para atrair empresários estimulavam o acesso a grandes extensões de terra e à natureza em geral [...]. Além disso, o Governo Federal oferecia garantia de infraestruturas para os novos projetos (estradas, portos, aeroportos e outros). Às margens das estradas, a devastação florestal foi rápida e a disputa de terras privilegiadas às margens delas gerou, desde o fim dos anos de 1960, conflitos de toda ordem, que só foram aumentando nas décadas seguintes, à medida que o modelo de desenvolvimento se estruturava (LOUREIRO, 2005, p. 78-79).

É possível observar que no contexto da Amazônia naquele período, também descrito pelo jornalista Fernando Portela na apresentação de seu livro *Guerra de Guerrilhas no Brasil*, de 1983, a região onde ocorreu o conflito era uma das mais

miseráveis e ao mesmo tempo ricas do Brasil. Tal panorama é observado também pelas páginas do jornal francês *Politique Hebdo*, objeto de investigação desse artigo.

A LUTA ARMADA NA SELVA AMAZÔNICA

A Guerrilha do Araguaia aconteceu na região da Amazônia Brasileira, em uma área de floresta fechada conhecida por Bico do Papagaio, localizada na fronteira entre o então estado de Goiás (hoje Tocantins), Maranhão e Pará. Os primeiros guerrilheiros ali chegaram ainda no ano de 1966 e lá se estabeleceram criando uma rede de abastecimento, cultivo e geração de renda, de modo a tornar possível a manutenção do movimento em área praticamente isolada do resto do país (FONTELES, 2013). Sobre a importância deste movimento discorre Studart:

A Guerrilha do Araguaia é um dos episódios mais relevantes da história brasileira. Foi o maior movimento insidioso desde a Guerra de Canudos e o que provocou a maior mobilização de contingentes das Forças Armadas desde a Segunda Guerra Mundial (STUDART, 2006, p. 284).

213

Os combatentes, que eram em sua maioria ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), tinham como objetivo criar condições para que fosse instaurada uma revolução socialista, do campo para as cidades, através de movimento armado, tendo como inspiração as revoluções cubana e chinesa (MORAIS; SILVA, 2005). Estas nações receberam guerrilheiros brasileiros para treinamento antes de implantado o movimento. De acordo com Portela (1983) os combatentes passaram mais de cinco anos sem serem notados pelos militares. As forças armadas só chegaram até eles depois que companheiros, que haviam desertado do movimento, foram presos e os entregaram⁸.

⁸ Segundo Studart (2006), apesar da guerrilheira Lúcia Regina ter voltado a São Paulo, no fim do ano de 1971, e contado sobre a guerrilha a seu pai que levou a história ao Exército, por uma série de circunstâncias o fato não chegou aos setores de inteligência das forças armadas em Brasília, que só soube da ação subversiva no fim de março do ano seguinte, quando Pedro Albuquerque e esposa,

Na selva, “os paulistas”, como eram chamados pelos moradores locais os guerrilheiros vindos de outras partes do país (NASCIMENTO, 2013), montaram uma rede de colaboradores que lhes garantiam os suprimentos necessários à sobrevivência e à luta armada, e que não poderiam produzir. Em depoimento à jornalista e escritora Denise Paraná, o ex-guerrilheiro José Genoíno afirma que a escolha da área deveu-se a diversidade geográfica da região, a cobertura de floresta fechada, que dificultava tanto a circula o quanto o avistamento dos guerrilheiros por parte do militares em seus helicópteros, a bacia hidrográfica que permitia o deslocamento eficiente do grupo e, além disso, a área contava com abundância de recursos naturais e cidades de médio porte (PARANÁ, 2006, p. 84). Ainda assim, devido ao amplo conhecimento que tinham da região, onde a floresta predominava e o acesso era restrito a quem bem a conhecia, lograram resistir as primeiras opera es das forças armadas. Apesar dos esforços coletivos empreendidos por seus membros, a guerrilha contava com pequeno número de armamentos e muni es, sendo estes defasados quando comparados aos utilizados pelo Exército. O efetivo dos guerrilheiros era de aproximadamente uma centena de homens, entre locais e “paulistas”, enquanto os de militares eram contados aos milhares (STUDART, 2006).

As a es do Exército aconteceram, segundo Studart, entre os anos de 1972-1975 (coincidindo com os últimos anos do conflito no Vietnã). Os guerrilheiros foram perseguidos pelas forças armadas e combatidos ferozmente até o ano de 1975, quando os últimos integrantes do movimento foram mortos nas matas da região. “A execu o de Walquíria, a última guerrilheira, no campo de concentra o que foi a base militar de Xambioá, no que era o estado de Goiás, hoje Tocantins, marcou o fim da guerrilha, mas não das opera es militares, que se seguiram com a ocult o dos cadáveres” (PEIXOTO, 2011, p. 482).

também arrependidos de terem-se unido a guerrilha, fugiram da região e deram com a “língua nos dentes”.

A MÍDIA CONTRA-HEGEMÔNICA E SEU PAPEL DE QUESTIONAMENTO E SUBVERSÃO

Os meios de comunicação hegemônicos estão a serviço do grande capital e são reprodutores de um discurso já consagrado e instituído socialmente (MORAES, 2006). A importância dos meios de comunicação como difusores de valores e opiniões é desvelada pelo filósofo marxista Antonio Gramsci, que discorre sobre os jornais burgueses, atentando ao fato de que estes não dão voz ao operariado, e que apesar disto conseguem sustentar-se a partir dos trabalhadores. “Tudo o que se publica [na imprensa burguesa] é constantemente influenciado por uma ideia: servir à classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato: combater a classe trabalhadora” (GRAMSCI, 1919). Ainda sobre os papéis dos meios de comunicação na sociedade, Moraes observa: “Os veículos ocupam posição distinta no âmbito das relações sociais, visto que fixam os contornos ideológicos da ordem hegemônica, elevando o mercado e o consumo ao seu máximo a instâncias máximas de reprodução de interesses” (MORAES, 2010, p. 61).

O conceito de hegemonia é compreendido neste artigo através da visão proposta por Gramsci, que a coloca como um processo constituído historicamente, capaz de sustentar-se através de bases consolidadas. Segundo Gramsci, a sociedade seria formada por dois “planos superestruturais” que seriam as sociedades civil (privada) e política (Estado). Na obra *Cadernos do Cárcere* (2011), o filósofo trata, entre outras temas, da noção de hegemonia na sociedade contemporânea.

Este estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que é entendido habitualmente como Sociedade política (ou até como aparato coercitivo para enquadrar a massa popular, segundo o tipo de produção e a economia de um momento dado) e não como um equilíbrio da Sociedade política com a Sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através das organizações chamadas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.) e precisamente na sociedade civil, nomeadamente, operam os intelectuais (GRAMSCI, 2011, p. 264).

A partir da compreensão de hegemonia, como algo que opera não só sobre as estruturas econômicas e políticas, mas também sobre a maneira de pensar, o filósofo aponta a influência que um grupo favorecido tem sobre outro menos favorecido, sendo o primeiro capaz muitas vezes de mudar hábitos do outro. Tendo como referência o conceito de hegemonia, entende-se o que seria sua antítese, a contra hegemonia. Moraes nos traz o que seria a contra hegemonia a partir do conceito proposto por Gramsci:

A contra-hegemonia institui o contraditório e a tensão no que até então parecia uníssono e estável. Gramsci nos faz ver que a hegemonia não é uma construção monolítica, e sim o resultado das medições de forças entre blocos de classes em dado contexto histórico. Pode ser reelaborada, revertida e modificada, em um longo processo de lutas, contestações e vitórias cumulativas (MORAES, 2010, p. 73).

Tomando a contra hegemonia midiática, os anos que se seguiram ao de 1968 foram, por uma série de motivos já elencados neste trabalho, muito férteis ao aparecimento de meios de comunicação que tinham como objetivo denunciar as arbitrariedades do regime e propor um país com liberdade e democracia. Neste contexto, o jornal de extrema esquerda *Politique Hebdo* ajudou nessa luta.

A GUERRILHA AMAZÔNICA NA MÍDIA INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE DO *POLITIQUE HEBDO*

Fundado em 1970, pelo escritor Edgar Blanc, conhecido como Paul Noirot, depois de sua saída do partido comunista de seu país, o *Politique Hebdo* era espaço aberto para assuntos excluídos dos grandes veículos, entre os quais se destacam matérias ligadas a conflitos e direitos humanos, ecologia, feminismo, dentre outros. Do periódico extrai-se uma reportagem, intitulada “Le programme des pauvres”, veiculada na edição de nº 65, de 25 de janeiro de 1973. Trata-se de uma emissão pouca conhecida. Nesta matéria de três páginas, ilustrada com fotos sem legendas, o jornal

alternativo destaca a existência de um movimento de guerrilha na Amazônia, ao sul do estado do Pará. Ao localizar o *Politique Hebdo* como uma mídia contra hegemônica, este artigo aposta na hipótese de que o jornal francês, ao tratar do tema, adota uma postura anti-imperialista/capitalista, ao se posicionar criticamente sobre a real situação da Amazônia no período da ditadura militar.

Para sustentar a hipótese deste artigo, utilizar-se-á como metodologia a análise de conteúdo a partir da perspectiva qualitativa. Com efeito, os pesquisadores devem “ultrapassar o alcance meramente descritivo da mensagem, para atingir, mediante inferência, uma interpretação mais profunda” (MINAYO, 2006, p. 307). Nessa perspectiva, passa-se à análise da reportagem do jornal francês.

A estrutura da emissão pode ser dividida em duas partes: a primeira composta pela parte textual e a segunda pela imagética. A textual estrutura-se em três partes e logo na primeira página aparece impresso, no centro da página, um “carimbo” escrito *document*, o que alude prova ou registro oficial. O texto de apresentação, que inicia a primeira parte, deixa claro se tratar de um assunto de grande importância e exclusivo relacionado ao Brasil, “uma revelação”, e relaciona a emissão à outra matéria veiculada em 1970 que seria também, segundo o emissor, muito importante. Esta se tratava de uma entrevista feita com Joaquim Câmara Ferreira, companheiro de Marighela e realizada três semanas após a morte deste, que era líder de um dos movimentos de resistência à ditadura militar no Brasil.

Esta informação evidencia que o jornal *Politique Hebdo* acompanhava com proximidade a insurgência do movimento de combate armado no Brasil, e lhe dava destaque. A matéria em questão ocupou três páginas do jornal. O veículo oferece uma visão crítica do país e seu “desenvolvimento”, mostrando aos leitores um Brasil mais próximo da realidade de conflitos e pobreza, que atingia grande parte de sua população, e que não poderia ser deslumbrada através da propaganda oficial desenvolvimentista oficial do regime.

Nós publicamos hoje, em exclusividade, trechos extensos de um outro documento, não menos importante da resistência interna

brasileira: o programa dos guerrilheiros da União pela Liberdade e pelos Direitos das Pessoas, que realizam suas ações no Sul do Pará, na Amazônia (*POLITIQUE HEBDO*, ed. 65, 1973).

FIGURA 1: O *Politique Hebdo*, ed. 65, 1973



Fonte: <http://paulofontelesfilho.blogspot.com.br/2012/04/guerrilha-do-araguaia-na-imprensa.html> acessado em 02.10.2015

Depois de breve introdutória, situando o leitor acerca da importância do material e sua exclusividade, a segunda parte da matéria faz um retrospecto dos acontecimentos relacionados à Guerrilha nos últimos meses, para que o leitor pudesse entender seu contexto. O jornal informa sobre as manobras militares que aconteceram no mês de abril e outubro do ano anterior nas quais estariam envolvidas, além da Polícia Militar do Pará, as três forças armadas, totalizando cinco mil homens. Em setembro do mesmo ano a ação se intensificara e contava agora com vinte mil homens que seriam, segundo o jornal francês, uma duplicação da chamada “Ação Cívica e Social” (ACISO), que levaria, segundo o governo, segurança e cuidados básicos à

população. A matéria conta com a transcrição de uma entrevista do general Souza Mello, comandante da 2ª Armada (baseada em São Paulo) e que foi publicada em 13 de novembro pelo jornal *Correio Popular* (1927), de São Paulo:

O que se passa na Amazônia, representa um desafio ao qual militares e compatriotas devem responder. Como não é possível o combate que apela a grande concentração de tropas, a guerra de guerrilha pode levar a formas complexas, com possíveis operações em todas as direções. Nós não podemos reconhecer claramente o desenvolvimento e a eficácia da luta liderada pelos revolucionários, contra os quais essas importantes forças militares permanecem impotentes (*POLITIQUE HEBDO*, ed. 65, 1973).

Através da análise e interpretação deste trecho é possível perceber que o veículo trazia, mesmo que citando como fonte outro jornal, a voz de um brasileiro sobre a guerrilha que, contrário ao que era comum à época, não só admitia a existência do conflito, como também as dificuldades que o Exército encontrava para combatê-lo. Este relato poderia gerar ao leitor descrédito às forças governamentais, citadas como impotentes frente aos guerrilheiros. O texto apresenta ainda a ULDP, a emissora do documento que dá título à matéria:

A União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo/ULDP que pretende realizar tanto a luta política como a armada, formou-se ao final do ano. Ela lança em seguida e difunde ao interior do país uma proclamação que tornou conhecida de milhões de brasileiros oprimidos as reivindicações dos ‘guerrilheiros’ do Pará (*POLITIQUE HEBDO*, ed. 65, 1973).

Esta proclamação foi organizada, segundo Fonteles (2013), pelos guerrilheiros em 1972, após o primeiro ataque das forças armadas e a partir de conversas com os camponeses, o que “resultou num programa de vinte e sete pontos, uma espécie de agenda comum, unitária e de luta” (FONTELES, 2013, p. 57). É possível evidenciar-se, no trecho que se segue, o posicionamento crítico da publicação francesa que, além de dar voz ao documento que expressa as necessidades e anseios dos camponeses, alerta

também para o fato de que, a partir desta matéria, o leitor terá claro que o Brasil real não é o que é divulgado nas propagandas governamentais.

Este é o documento que acaba de chegar a Europa, e do qual nós publicamos o essencial. Nós veremos com a leitura dos “27 pontos” da ULDP, sobre quais bases extremamente concretas e detalhadas, o movimento de resistência mobiliza o campesinato. Nós veremos também que um abismo separa a propaganda oficial sobre o alegado “milagre econômico” do que conhecemos do Brasil e da Realidade Brasileira - notadamente aquela do mundo real - que é retratada no texto (POLITIQUE HEBDO, ed. 65, 1973).

FIGURA 2: O Politique Hebdo, ed. 65, 1973



Fonte: <http://paulofontelesfilho.blogspot.com.br/2012/04/guerrilha-do-araguaia-na-imprensa.html>

A partir do conteúdo da publicação, e levando em conta os conceitos de hegemonia e contra hegemonia, fica claro ao analista que este tipo de notícia não estaria em um jornal que, como a maioria da mídia tradicional à época, se posicionasse a favor do capitalismo internacional e do modelo desenvolvimentista proposto de forma inquestionável pelos países desenvolvidos. Esse modelo estimulava setores da

sociedade civil para que o comunismo fosse identificando como um perigo iminente, uma ameaça aos lares e famílias de todo o mundo, o que acabava por justificar violações de direitos e governos ditatoriais.

A terceira parte da publicação transcreve grande parte do que ficou conhecido no Brasil como “Proclamação da ULDP”. O documento foi reproduzido a partir de um ponto próximo à sua metade, onde o assunto em questão é a dominação estrangeira, tema recorrente nas páginas do jornal, uma vez que o veículo noticiou outros conflitos como o processo ditatorial do Chile e Vietnã ⁹. O início desta proclamação, que não está no jornal francês, trata da situação de penúria pela qual passam milhares de brasileiros que vivem no interior do país, à margem da sociedade, e segue elencando problemas ligados à terra, e à sobrevivência destes camponeses.

Nada mais difícil, mais duro, mais sofrido, do que a vida de milhões de brasileiros pobres do interior do país. Carecem de tudo e não têm nenhum direito, encontrando-se em completo abandono. Particularmente no Norte e Nordeste, as condições de existência são as piores possíveis. Vive-se no atraso e na ignorância. O interior está estagnado, não conta com a ajuda de ninguém (PROCLAMAÇÃO DA ULDP) ¹⁰.

221

Nos parágrafos a seguir, a ULDP trata sobre a necessidade de uma revolução popular, “único meio” para que se instaurasse um governo realmente popular e democrático e ainda, segundo o manifesto, para que isso acontecesse de fato seria necessária a adesão à luta armada. O texto questiona, ainda, os benefícios do modelo desenvolvimentista que vinha se dando no país e alerta, de forma direta, para o fato de que o chamado “milagre econômico” não alcançava a todos. Denuncia o comprometimento da economia do país, refém do capital externo e das grandes empresas que o financiam.

O documento aponta também a conivência das forças armadas a este modelo exploratório que, segundo a ULDP, era voltado ao benefício do capital externo e seria

⁹ Na mesma página em que está a matéria em análise, aparece também uma emissão sobre a guerra do Vietnã (*POLITIQUE HEBDO*, ed.65, 1973).

¹⁰ In: Fundação Mauricio Grabois. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/>.

propulsor de injustiças sociais e mazelas ao povo. Entre os vinte e sete itens que seriam fundamentais estão desde a criação de escolas e representações sociais, até o estabelecimento de preços a serem pagos por determinados produtos da floresta. Os pontos elencados buscavam dar dignidade aos moradores do interior do país.

A segunda parte da matéria, de acordo com a classificação proposta, é a imagética. Duas fotografias a compõem. A primeira mostra uma mulher de meia idade, com veste camponesa, marcada pelas rugas do tempo. Em suas mãos, exhibe algo que não é possível identificar. À sua frente, uma cuia cheia do mesmo material que tem em suas mãos. Vê-se também uma casa ao fundo. A segunda imagem mostra um homem, também de meia idade, pele escura, apoiado sobre o que parece ser o cabo de um instrumento de trabalho, suas roupas são simples e usa chapéu, o olhar parece vago e o corpo cansado do trabalho árduo.

A partir das reivindicações da ULDP, observa-se que o jornal francês contribuiu para a disseminação dos ideais de luta democrática e resistência no Brasil, através da publicação deste documento redigido em plena floresta amazônica (FONTELES, 2013). A emissão (com texto e imagem) expõe a existência de um movimento guerrilheiro na região, até então desconhecido pela imprensa internacional, incentivando assim o ideal do guerrilheiro romântico (STUDART, 2006). Vai além, dando também voz aos camponeses, deixando explícito aos leitores internacionais que estes moradores seguiam à margem da sociedade, uma vez que não estavam sendo beneficiados pelo modelo desenvolvimentista adotado pelo governo militar.

CONCLUSÃO

No presente artigo cabe ressaltar que, apesar da censura instaurada no Brasil pelo regime militar, informações críticas acerca da Guerrilha do Araguaia chegaram às páginas de poucos veículos de comunicação, a maioria, alternativos, como o jornal francês *Politique Hebdo*, considerado aqui como uma mídia contra-hegemônica. Esta mídia, desvinculada dos interesses do grande capital, buscava disseminar alternativas

de resistência ao modelo de desenvolvimento proposto pela economia capitalista, gerador de desigualdades e miséria. Em âmbito internacional, o alternativo ampliou os canais de comunicação da sociedade para um assunto proibido pela censura brasileira e por nações que financiavam as ditaduras militares na América Latina.

A emissão “Programa dos Pobres”, veiculada no semanário, informa aos leitores de jornais franceses, pela primeira vez, sobre a Guerrilha que acontecia na Amazônia, ao sul do Pará. A matéria tem caráter crítico, anti-imperialista, indo de encontro ao discurso tradicional proferido pelo governo brasileiro alinhado ao capitalismo. A emissão não mostra imagens que possam ser identificadas como sendo do Araguaia, não há guerrilheiros ou militares. As fotos mostram apenas o que foi identificado como camponeses, que partilham da aparência cansada e das marcas do tempo. Seriam os pobres a quem se destinaria o programa que intitula a emissão.

Não é possível afirmar se os jornalistas do periódico em questão estiveram na região do confronto, mas é fato que a emissão deste veículo distancia-se da visão hegemônica divulgada pela mídia tradicional sobre o desenvolvimento da Amazônia, além de abordar a respeito da Guerrilha do Araguaia, assunto velado à época. Através da republicação de parte das reivindicações da ULDP, é possível perceber as reais necessidades dos camponeses “esquecidos” pelos planos desenvolvimentistas e deixados à margem da sociedade. Fica notório ao público do veículo que a região amazônica não era o “Eldorado” divulgado pela propaganda militar, e sim espaço de conflitos e tensões onde havia, além de pobreza e exploração, também uma operação de combate à guerrilha rural e ao comunismo em curso.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas et al. (2014). *Os 50 anos da Ditadura Militar na Amazônia: Guerrilhas, lutas e resistência alternativa na floresta*. <<http://www.portalintercom.org.br/anais/norte2014/resumos/R39-0920-1.pdf>>.

BEKER, Berta K. (2005). Geopolítica da Amazônia. In: *Estudos Avançados*, 19 (53).

BIAGI, Orivaldo Leme. (2001). *O imaginário e as guerras da imprensa: estudo das coberturas realizadas pela imprensa brasileira da Guerra da Coreia (1950-1953) e da Guerra do Vietnã na sua chamada "fase americana" (1964-1973)*. Tese de Doutorado - (UNICAMP). <<http://www.bv.fapesp.br/pt/bolsas/95818/o-imaginario-e-as-guerras-da-imprensa-estudo-das-aberturas-realizadas-pela-imprensa-brasileira-da/>>.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, estado autoritário, 1968-1978: o exercício cotidiano da dominação e da resistência*. EDUSC, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

FAUSTO, Boris. (1999). *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP.

FERNANDES, Ananda Simões. (2009). *A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva*. Antíteses, v. 2, nº 4, p. 831-856.

FERREIRA, Paulo Roberto. *A censura no Pará: a mordaza a partir de 1964*. Belém, 2015.

FONTELES FILHO, Paulo. (2013). *Araguaianas: As histórias que não podem ser esquecidas*. São Paulo: Anita Garibaldi.

_____. *A Guerrilha do Araguaia na imprensa internacional*. <<http://paulofontelesfilho.blogspot.com.br/2012/04/guerrilha-do-araguaia-na-imprensa.html>>.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GRAMSCI, Antonio; COUTINHO, Carlos Nelson. *Cadernos do Cárcere: Introdução ao estudo da Filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Cadernos do Cárcere: Introdução ao estudo da Filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*, 1999, vol. 1.

_____. (1916). *Os jornais e os operários*. Marxists Internet Archive. <<https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm#topp>>.

HOBBSAWM, Eric. (1995). *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo, Companhia das Letras.

KUCINSKY, Bernardo. (2003). *Jornalistas e Revolucionários: nos Tempos da Imprensa Alternativa*. São Paulo: EDUSP.

LOUREIRO, Violeta Rafkalevsky. (2012). *Amazônia no século XXI, novas formas de desenvolvimento*. In: *Revista Direito GV*, vol.8, nº 2, São Paulo.

_____. (2015). *História da Amazônia: do Período da Borracha aos dias atuais*. Belém: Cultural Brasil.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky e PINTO, Jax Nildo Aragão. (2005). *A questão fundiária na Amazônia*. *Estud. Av.*, vol.19, nº 54, pp. 77-98. ISSN 1806-9592. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000200005>>.

MALVES, Patrícia Barba e MECHI, Patricia Sposito. *Desaparecidos, presos e torturados políticos na Região do Tocantins (antigo norte goiano) durante a ditadura civil-militar: o trabalho do comitê memória, verdade e justiça no Tocantins*. <<http://www.arquivonacional.gov.br/media/direito-a-memoria-e-a-verdade-volume-4.pdf>>.

_____. *À memória e à verdade*. (2015). Coleção: Arquivos e o direito à memória e à verdade. Comunicações do 3º Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos. Volume 4. SANTANA, Marco Aurélio; RODRIGUES, Vicente A. C. (Orgs.). - São Paulo - Rio de Janeiro.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). (2006). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, pp. 141-152.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). (2006). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.

MORAES, Dênis de. (2011). *Vozes abertas da América Latina: estado, políticas públicas e democratização das mídias*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ.

_____. (2010). Contribuição, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. In: *Dossiê Comunicação e Política. Revista Debates*, Porto Alegre, v.4, nº1, pp.54-77.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. (2005). *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial.

MOURÃO, Mônica. (2007). *Por que lutar? A necessidade de ação armada contra a ditadura militar brasileira segundo o jornal A Classe Operária*. XII Colóquio Internacional de Comunicação. Fortaleza. <http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/7/76/GT1-_04-_Por_que_lutar-_Monica.pdf>.

NASCIMENTO, Durbens Martins. (2000). *A guerrilha do Araguaia: "paulistas e militares na Amazônia"*. Dissertação de mestrado. <http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2458/1/Dissertacao_GuerrilhaAraguaia.pdf>.

OLIVEIRA, Carlos Fellippe de. *IPÊS E IBAD: a crise política da década de 60 e o advento do Golpe Civil-Militar de 1964.* <http://www.hcomparada.historia.ufrj.br/revistahc/artigos/volume002_Num002_artigo005.pdf>.

PARANÁ, Denise. (2006). *Entre o sonho e o poder: a trajetória da esquerda brasileira através das memórias de José Genoíno.* São Paulo: Geração Editorial.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. (2011). *Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois.* Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum. Belém, v. 6, nº 3. <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v6n3/02.pdf>>.

PORTELA, Fernando; FREITAS, Rolando de. (1984). *Guerra de guerrilhas no Brasil.* Global.

ROLLEMBERG, Denise. (2007). Carlos Marighella e Carlos Lamarca: memórias de dois revolucionários. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia.* Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. (2015). *Brasil: Uma biografia.* São Paulo: Companhia das Letras.

SINGER, Helena. (2011). Quando o 'Diálogo' é a violência. *Educação & Sociedade*, v. 22, nº 77, pp. 281-287.

SMITH, Anne-Marie. (2000). *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

STUDART, Hugo. (2006). *A lei da selva: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia.* São Paulo: Geração Editorial.

SOBRE AS AUTORAS:

Lorena de Meira Rodriguez é Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Integrante do Grupo de Pesquisa Mídia Alternativa na Amazônia. Email: lorenameira@gmail.com

Célia Regina Trindade Chagas Amorim é Professora Doutora da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora do Projeto e do Grupo de Pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia - CNPq-UFPA. Email: celia.trindade.amorim@gmail.com